



Servidores contestam informações do governo sobre reajuste

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus) contestou nesta quinta-feira (2/7) os valores divulgados na quarta pelo Ministério do Planejamento sobre o impacto que o reajuste dos salários dos servidores traria para as contas públicas.

Os sindicalistas dizem que o reajuste de 78% incide sobre o nível A1 de auxiliar judiciário, que não existe mais. “O Judiciário deixou de contratar esses auxiliares, existem somente alguns remanescentes nos últimos níveis da carreira”, dizem.

Eles afirmam ainda que não buscam reajuste, mas recomposição da inflação acumulada de 2004 a 2015, que é de 49%. E pedem para a presidente Dilma Rousseff sancionar a PLC 28/2015, que foi aprovado pelo Senado. O custo total do reajuste acumulado de 2015 a 2018 será de R\$ 25,7 bilhões, segundo o Planejamento. O ministro Nelson Barbosa disse que considera o reajuste para servidores do Poder Judiciário aprovado pelo Senado indefensável do ponto de vista social e fiscal. A presidente Dilma deve vetar o reajuste que varia de 59% a 78%. Em assembleia nesta semana, foi aprovada a continuidade da greve da categoria.

O governo propôs no último dia 26 reajuste de 21,3% para servidores do Executivo, dividido em parcelas de 5,5% em 2016, 5% em 2017, 4,8% em 2018 e 4,5% em 2019. A proposta foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal para ser adotada como referência na negociação do reajuste com os servidores da Justiça.

Date Created

03/07/2015